

jornal da tarde

Publicado pela S A O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 – 856-2122 (PABX) – CEP 02598
 São Paulo – SP – Caixa Postal 8005 – CEP 01051 SP – E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 – Fax 265-2297



Fundado em 1873

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Julio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 Cesar Tacito Lopes Costa
 Jose M. Homem de Montes
 Oliveira S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho
Diretor de Redação
 Fernaldo L. Mesquita
Editor Chefe
 Celso Kinyo

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto
Diretor Comercial
 Orlando Marques
Diretor Agência Estado
 Rodrigo L. Mesquita

Parceiros na solução?

Aquilo que havíamos denunciado em nosso editorial de ontem, baseados em alguns indícios revelados pelos governadores eleitos que estiveram com o presidente Collor nas últimas semanas e no recuo do Banco Central no caso do enquadramento dos bancos estaduais de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, acaba de ser oficialmente confirmado pelo economista Luís Fernando Welisch, secretário da Fazenda Nacional e um dos mais próximos auxiliares da ministra Zélia Cardoso de Mello: o governo federal desistiu de cobrar uma política de austeridade dos novos governadores estaduais, pelo menos nos moldes que o Ministério da Economia vinha anunciando.

“Ao invés de jogar duro com os novos gestores das finanças estaduais que passam por uma situação verdadeiramente caótica, vamos implementar uma mudança de atitude: vamos ser parceiros na solução” explicou Welisch ao jornal **Gazeta Mercantil**.

Ou a equipe econômica que assessorava o presidente Collor é muito ingênua ou, então, faltou mais uma vez vontade política ao governo para tentar dar um basta nos verdadeiros saques nos cofres públicos promovidos por quem foi especificamente escolhido para zelar por eles. Como acreditar que políticos à moda antiga, como a maioria dos governadores eleitos no ano passado, alguns já com passagens nada recomendáveis pelos governos de seus Estados no passado, possam, espontaneamente, aceitar gastar pouco, manter um orçamento equilibrado, renunciando, pelo menos nos primeiros tempos, a cumprir suas mirabolantes promessas de campanha? É impossível, isso vai contra a natureza deles.

Ou o governo federal age com rigor, faz cumprir as leis e as normas do Banco Central que valem sem condescendência para o setor privado, ou a orgia irá continuar. Essa conversa de “parceiros na solução” que pode parecer, aos incautos, uma atitude democrática, liberal – serve apenas

para esconder o que de fato aconteceu entre os governadores eleitos e o governo federal: uma grande barganha política.

Isolado, sem base de sustentação parlamentar, o governo federal cedeu à pressão dos novos governadores, apavorados com a herança que irão receber, em troca de apoio de suas bancadas no Congresso Nacional. Uma prova de que tudo não passou de uma jogada política foi o resumo do teor das conversas dos futuros governantes estaduais no Ministério da Economia segundo o próprio secretário da Fazenda Nacional: “Não temos eleições este ano e, portanto, podemos ter uma trégua no campo político para tentar arrumar o País”. Para bom entendedor meia palavra basta: quer dizer o sr. Welisch que, em ano eleitoral, todos os gastos são válidos e só é possível arrumar as finanças públicas em anos não eleitorais. Dessa forma, o auxiliar de dona Zélia não só está justificando os gastos eleitorais que Quêrcia e companhia realizaram no ano passado como os gastos que os novos governantes certamente pensam em realizar no futuro.

Alega-se, para justificar a barganha, que o governo precisa de uma maioria sólida para aprovar as reformas constitucionais que ele considera necessárias para seu projeto de modernização do País, entre elas a eliminação da estabilidade do funcionalismo público e uma nova distribuição das receitas tributárias entre os municípios, os Estados e a União. Mais uma vez o governo está sendo “ingênuo” ou querendo esconder a realidade. Nenhum governador eleito tem compromisso com reformas administrativas, a maioria até se comprometeu, em campanha, a não demitir funcionários. E a última coisa que qualquer um deles fará será abrir mão de suas receitas em benefício do governo federal.

“Parceiros na solução”, bem traduzido, quer dizer, simplesmente: vamos nos unir (governo federal, governos estaduais, governos municipais, políticos) para continuar saqueando a sociedade.